

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
FISCAL DO IPREVSAPP DE 2023**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO
PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO DO POTENGI-RN, PARA
APRECIÇÃO DAS CONTAS DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2022.**

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniram-se, na sede do IPREVSAPP, situado na Rua Potengi, 20, Centro, deste município, os membros do Conselho Fiscal abaixo infra-assinado, para análise da prestação de contas do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Paulo do Potengi-RN, referente ao exercício financeiro de 2022, encaminhados a este Conselho, para análise e emissão de parecer. Também estiveram presentes na reunião o Diretor-Presidente do IPREVSAPP, Sr. Genilson Oliveira e o Sr. Paulo Araújo, Gerente Administrativo e Financeiro. O Sr. Ozias Lelis, presidente em exercício do colegiado, abriu a reunião dando as boas-vindas a todos os presentes e lembrando que é dever do Conselho Fiscal a análise integral das contas do Instituto de Previdência anualmente e que cabe a cada conselheiro tirar dúvidas, fazer questionamentos e deliberar sobre a melhor maneira de utilizar os recursos da Previdência. Dito isto, o Sr. Ozias prosseguiu com a Ordem do Dia que é a apreciação das contas. O Conselheiro Rafael Batista, pede a palavra e diz que pelo segundo ano consecutivo quanto à prestação de informações a este Conselho Fiscal a Diretoria do Instituto foi muito atenciosa e comprometida em todas as reuniões em apresentar os demonstrativos financeiros mensais e tirar dúvida dos conselheiros acerca de quaisquer despesas e que isso facilita na hora da análise das contas. A Sra. Josefa Soares elogia a forma como vem sendo quitados às parcelas de acordos de parcelamento do débito com o instituto e repasses mensais, mais frisa que neste final de 2022 o Poder Executivo deixou a desejar a não realizar o repasse da parcela Patronal do décimo e de uma parte do patronal do mês de dezembro, fazendo assim, que houvesse uma caída no total investido nos cofres do Instituto. O Sr. Rafael frisa que é essencial que os conselheiros se mantenham atentos a questão dos repasses, para que não se torne uma bola de neve e o saldo financeiro do IPREVSAPP não seja prejudicado. O Sr. Ozias Lelis, avalia como positiva a forma como os gestores estão administrando os recursos destinados a taxa de administração. Encerrada as falas os conselheiros irão emitir o parecer das contas anuais. Por todas as razões apresentadas este Conselho Fiscal vota pela **APROVAÇÃO DAS CONTAS DO IPREVSAPP DO ANO DE 2022**, o qual é embasado pelo RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL, que segue anexo a esta ATA.

São Paulo do Potengi-RN, 20 de março de 2023.





INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN
CNPJ/ME Nº 21.023.657/0001-44
Endereço: Rua Potengi, 20, Centro, São Paulo do Potengi/RN
CONSELHO FISCAL | ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1. Ozias Lelis Dantas Ozias Lelis Dantas
2. Michele Francisca J. O. Luna Michele Francisca J. O. Luna
3. Maria José Martins Maria José Martins
4. Rafael Batista de Souza Rafael Batista de Souza
5. Josefa Soares Lopes de Araújo Josefa Soares Lopes de Araújo

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL — ANO 2022

INTRODUÇÃO

Em atendimento à determinação contida na Lei Municipal nº 856/2014 que Institui o Regime de Previdência Própria, estabelece no Capítulo II, Art. 68, parágrafo V, que compete ao Conselho Fiscal: “encaminhar ao Conselho Deliberativo, até o mês de março de cada ano, com parecer técnico, o relatório da Diretoria de Previdência relativo ao exercício anterior, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios concedidos.”

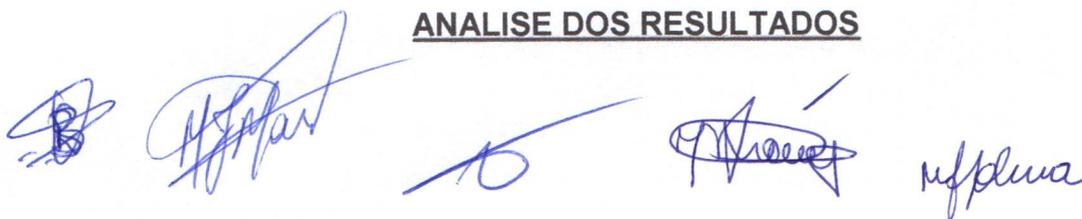
METODOLOGIA

O relatório em análise foi realizado a partir de um estudo sistemático, descritivo e quantitativo do tipo documental, em que os dados foram coletados a partir do envio de documentação e informações junto à Diretoria Executiva do IPREVSAPP, em que se encontram as demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2022, também foram utilizados neste estudo como fonte de pesquisa a Constituição Federal, a Lei Municipal nº 856/2014, bem como legislações análogas, e demais ações a seguir que serviram de subsídio para a elaboração deste parecer:

Análise dos seguintes documentos:

1. Orçamento;
2. Balancetes;
3. Relatórios Analíticos de Receita e de Pagamentos;
4. Acompanhamento dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
5. Acompanhamento das Despesas Orçamentárias relacionadas à taxa de administração do IPREVSAPP;
6. Análise dos relatórios gerais do IPREVSAPP.

ANÁLISE DOS RESULTADOS



1. ORÇAMENTO, BALANCENTES E RELATÓRIOS DE RECEITA E DESPESAS:

Para o exercício de 2022, a Lei Orçamentária Anual 2022 nº 1060 de 28 de dezembro de 2021, previu as receitas bruta estimada em R\$ 3.629.000,00, como mostra o quadro abaixo:

Governo Municipal de São Paulo do Potengi		ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 2022		
Instituto Mun.de Prev.Social - Iprevsapp		Orçamento Seguridade social - Adendo V		
Anexo 6, da Lei nº 4320, de 17/03/64. (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)				
Em R\$ 1,00		PROGRAMA DE TRABALHO		
ÓRGÃO.....: 15 Instituto Mun.de Prev.Social - Iprevsapp				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.: 1501 Instituto Mun.de Prev.Social - Iprevsapp				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
09	Previdência Social	0,00	3.629.000,00	3.629.000,00
09 272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	3.629.000,00	3.629.000,00
09 272 1016	Administração do Iprevsapp		3.629.000,00	3.629.000,00
09 272 1016 2.103	Administração dos Recursos do Iprevsapp		3.629.000,00	3.629.000,00
TOTAL		0,00	3.629.000,00	3.629.000,00

Foi verificado, que esse valor não foi suficiente para suprir as demandas financeiras do IPREVSAPP com a questão dos pagamentos dos benefícios de aposentadoria e pensão, sendo necessário o pedido de suplementação orçamentária no montante de mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) através da Lei Municipal nº 1089/2022. Este valor foi necessário para não prejudicar o pagamento dos aposentados e pensionistas. A tabela abaixo, mostra os valores das folhas de pagamentos do IPREVSAPP no ano de 2022:

MES	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
Janeiro	R\$ 263.870,42	R\$ 20.172,73
Fevereiro	R\$ 275.765,45	R\$ 23.656,31
Março	R\$ 335.304,31	R\$ 21.914,52
Abril	R\$ 357.518,54	R\$ 21.914,52
Mai	R\$ 387.183,53	R\$ 21.914,52
Junho	R\$ 378.893,63	R\$ 21.914,52
Julho	R\$ 387.257,40	R\$ 21.914,52
Agosto	R\$ 387.257,40	R\$ 21.914,52
Setembro	R\$ 387.257,40	R\$ 25.237,74
Outubro	R\$ 387.257,40	R\$ 23.126,52
Novembro	R\$ 365.679,61	R\$ 23.126,52
Dezembro	R\$ 382.376,54	R\$ 23.126,52
Décimo Terceiro	R\$ 351.874,80	R\$ 22.520,52
SUB-TOTAL	R\$ 4.647.496,43	R\$ 292.453,98
TOTAL GERAL	R\$ 4.939.950,41	

*Informações da Gerência Administrativa e Financeira



Os encargos previdenciários do Regime Próprio de Previdência Municipal RPPS, arrecadados de 1/01/2022 a 31/12/2022, resultaram no valor de R\$ 4.659.783,42. E o ano de 2022 foi concluído com um saldo nos Fundos de Investimentos de R\$ 5.407.632,80, conforme discriminação abaixo:

CONTRIBUIÇÕES PARA O FUNDO FINANCEIRO		
Descrição	Prefeitura	Total de Receitas
Contribuição Servidores Ativos e Contribuição Patronal	R\$ 4.627.420,80	R\$ 4.627.420,80
Contribuição Servidores Aposentados	R\$ 32.362,62	R\$ 32.362,62
TOTAL	R\$ 4.659.783,42	

*Informações da Gerência Administrativa e Financeira

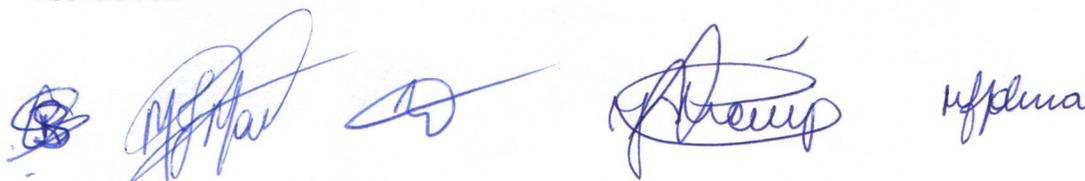


Dashboard - Dezembro/2022



*Informações da Gerência Administrativa e Financeira

Em relação ao controle de repasses do Ente (Poder Executivo), nos anos de 2021 e 2022 não houveram atrasos significativos nestes exercícios, algo corriqueiro em 2020, as únicas exceções foram os repasses da parte patronal do décimo terceiro e do FUNDEB 70% e 70%PE que até o momento não foram realizados.



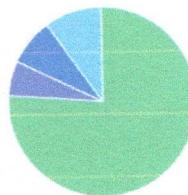
2. INVESTIMENTOS DO IPREVSAPP;

A Carteira de Investimentos totalizando R\$ 5.407.632,80 (Cinco milhões e quatrocentos e sete mil e seiscentos e trinta e dois reais e oitenta centavos) fechou ano de 2022 com 76,23% de seus recursos aplicados em renda fixa, 5,90% em renda variável e 8,05% em investimento no exterior (que corresponde à renda variável também) e 9,82% em fundos estruturados.

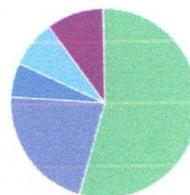


Distribuição - Dezembro/2022

CLASSE	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Renda Fixa	76,23%	R\$ 4.122.199,03	
Estruturados	9,82%	R\$ 531.166,55	
Exterior	8,05%	R\$ 435.342,47	
Renda Variável	5,90%	R\$ 318.924,75	
Total	100,00%	R\$ 5.407.632,80	



ENQUADRAMENTO	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	54,61%	R\$ 2.952.931,60	
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	21,62%	R\$ 1.169.267,43	
Artigo 10º, Inciso I	9,82%	R\$ 531.166,55	
Artigo 5º, inciso III	8,05%	R\$ 435.342,47	
Artigo 8º, Inciso I	5,90%	R\$ 318.924,75	
Total	100,00%	R\$ 5.407.632,80	



*informações da Gerência Administrativa e Financeira

A informações detalhadas sobre as carteiras de investimentos, sobre os saldos e rentabilidades de todos os meses do ano de 2022 estão disponíveis no site "unoapp", que é disponibilizado pela Assessoria de Investimentos contratada pelo Instituto, a Lema Consultoria.

O comitê de investimentos é composto pelos seguintes membros:

- Francisco Genilson de Oliveira - Presidente – Certificação APIMEC CGRPPS (Validade 04/08/2025).
- Paulo Roberto Macedo de Araújo Filho - Certificação APIMEC CGRPPS (Validade 04/08/2025).
- Joana Darc de Lima Lopes



3. TAXA ADMINISTRATIVA;

A Taxa de Administração refere-se a uma taxa mensal fixa pago pelo órgão da Administração Direta e Indireta para o custeio administrativo do IPREVSAPP, o órgão que faz parte deste custeio é a Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi-RN com um montante mensal de R\$ 275.784,0 e o IPREVSAPP com um montante mensal de R\$ 67.504,35. A Taxa de Administração também incide sobre a folha do 13º salário.

Vale salientar que desde 2014 não há correção da Taxa de Administração. Através da Lei Municipal nº 1.077, 20 de junho de 2022, para o ano de 2023 será estabelecido um percentual de até 3,6% do somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior, para efeito de cálculo da Taxa de Administração 2023. É importante e necessário que a taxa tenha este reajuste para que o IPREVSAPP possa ter liberdade na contratação dos seus serviços, treinamento de servidores, atualização e capacitação dos seus gestores e possa ter melhor gerência administrativa.

Verificando o Analítico de Receitas e as Tabelas de Controle de Repasses de janeiro a dezembro de 2022 a entrada de recursos totalizou um montante de R\$ 343.288,44 e as saídas totalizaram R\$ 350.973,84, um saldo negativo de **R\$ 7.685,40**, esse valor negativo se dá em decorrência de alguns gastos não previstos como a reforma do novo prédio do IPREVSAPP, a realização de um estudo atuarial pós-reforma da Previdência e dentre outros fatores. É importante frisar que o Instituto não ficou deficitário, pois no ano de 2021 houve uma sobra de recursos no montante de R\$ 34.839,03.

Abaixo segue a planilha utilizada para determinar a taxa administrativa, bem como a tabela de gastos total mensais, além de um resumo dos últimos três anos de montantes gastos com as despesas da administração do IPREVSAPP.



Planilha com o cálculo da Taxa de Administração 2022:

BASE DE CÁLCULO PARA TAXA ADMINISTRATIVA					
MESES		PM	RPPS (TUDO)		CAMARA
JANEIRO	R\$	1.007.213,10	R\$	248.481,15	R\$ -
FEVEREIRO	R\$	1.077.155,89	R\$	248.481,15	R\$ -
MARÇO	R\$	1.172.100,20	R\$	248.481,15	R\$ -
ABRIL	R\$	1.083.623,91	R\$	248.481,15	R\$ -
MAIO	R\$	1.080.645,94	R\$	247.281,80	R\$ -
JUNHO	R\$	1.068.109,65	R\$	247.051,15	R\$ -
JULHO	R\$	1.058.952,06	R\$	254.685,85	R\$ -
AGOSTO	R\$	1.064.448,58	R\$	268.797,54	R\$ -
SETEMBRO	R\$	1.047.950,56	R\$	270.337,54	R\$ -
OUTUBRO	R\$	1.042.114,56	R\$	270.337,54	R\$ -
NOVEMBRO	R\$	1.047.999,42	R\$	280.495,66	R\$ -
DEZEMBRO	R\$	1.030.686,42	R\$	284.043,15	R\$ -
13º SALARIO	R\$	1.008.202,92	R\$	258.262,83	R\$ -
SUBTOTAL	R\$	13.789.203,30	R\$	3.375.217,66	R\$ -
	R\$	275.784,07	R\$	67.504,35	R\$ -
TOTAL				R\$	17.164.420,96
2%				R\$	343.288,42
DIVISÃO				R\$	28.607,37

*Informações da Gerência Administrativa e Financeira

Planilha com as despesas mensais da Taxa de Administração 2022:

MES	GASTOS TOTAIS
Janeiro	R\$ 20.873,85
Fevereiro	R\$ 20.116,93
Março	R\$ 21.639,31
Abril	R\$ 20.089,31
Maio	R\$ 21.791,50
Junho	R\$ 31.998,87
Julho	R\$ 21.472,35
Agosto	R\$ 50.990,82
Setembro	R\$ 34.329,82
Outubro	R\$ 37.387,79
Novembro	R\$ 30.961,21
Dezembro	R\$ 39.322,08
TOTAL ANUAL	R\$ 350.973,84

*Informações da Gerência Administrativa e Financeira

Planilha com os gastos totais anuais dos últimos 3 (três) anos:



ANO	GASTOS TOTAIS ANUAL	TAXA 2%
2020	R\$ 378.040,52	Não havia valores mensais, as retiradas eram mediante aos gastos.
2021	R\$ 300.506,73	R\$ 335.345,74 (anual) – R\$ 27.945,48 (mensal)
2022	R\$ 350.973,84	R\$ 343.288,42 (anual) – R\$ 28.607,37 (mensal)

*Informações da Gerência Administrativa e Financeira

Em suma, deixamos a título de sugestão, na qual este Conselho, orienta que esse valor seja aplicado para aquisição de um prédio próprio. Ainda sobre os gastos Administrativos, dentro da Taxa de Administração, verificamos que todos os custos realizados através das Dispensas de Licitações, Inexigibilidades de Licitação e Licitação, foram de total acordo com as Legislações vigentes do que tange a Lei de Licitações e que todos os gastos foram necessários para o bom andamento da Administração.

4. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS GERAIS DO IPREVSAPP:

Em relação aos demais relatórios fornecidos pela Diretoria Executiva do IPREVSAPP, constamos a falta de um **portal da transparência**, pois esse veículo de informação possui um papel fundamental no combate à corrupção, viabiliza a contribuição tempestiva da sociedade e dos órgãos de controle, no fornecimento de elementos para que o Instituto se torne cada vez mais eficiente e efetivo. Por isso, solicitamos a Diretoria que providencie com urgência a elaboração deste site.

Também verificação a não catalogação e o inventário dos bens móveis do IPREVSAPP, na qual também sugerimos a urgência na realização deste serviço que é essencial.

Segue o Parecer na página seguinte.

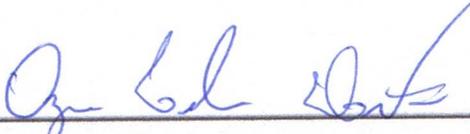
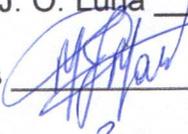
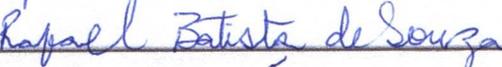


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Após a análise que consta no relatório e parecer do conselho fiscal e na ata da 1º reunião extraordinária do conselho fiscal do IPREVSAPP de 2023 — 20/03/2023, não foi encontrado nenhuma irregularidade em relação ao atendimento das normas e leis regulamentares. Ressalta-se, contudo, que a queda na arrecadação deverá ser combatida, na qual sugerimos a realização de concurso público para provimento de vagas (com adoção de cadastro de reserva, para que quando se aposentar um servidor da ativa, outro já ser convocado para assumir a função), um olhar especial para as carteiras de investimentos, um posicionamento mais firme ao cobrar do Executivo Municipal o pagamento em dia e em sua totalidade dos repasses das contribuições servidor, patronal e dos acordos de parcelamentos, para que assim, o IPREVSAPP mantenha suas atividades operacionais funcionando normalmente, garantindo a aposentaria de inúmeros servidores hoje já na função de inativos e para os futuros aposentados.

Por fim sugere-se a **APROVAÇÃO** das contas de gestão do exercício de 2022.

São Paulo do Potengi-RN, 20 de março de 2023.

1. Ozias Lelis Dantas 
2. Michele Francisca J. O. Luna 
3. Maria José Martins 
4. Rafael Batista de Souza 
5. Josefa Soares Lopes de Araújo 

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
FISCAL DO IPREVSAPP DE 2023**

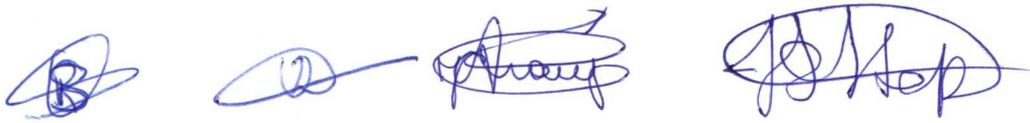
**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO
PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO DO POTENGI-RN.**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, na sede do IPREVSAPP, situado a rua Potengi, 20, Centro, São Paulo do Potengi/RN, aconteceu a primeira reunião ordinária do conselho fiscal em conjunto com o conselho deliberativo do Instituto Previdenciário de São Paulo do Potengi-RN. Do Conselho Fiscal participaram o Sr. Ozias Lelis (titular) e Josefa Soares Lopes de Araújo e Rafael Batista (suplente). E do Conselho Deliberativo a Sra. Laerta Luciene Cassimiro de Araújo (Presidente), Joana D'arc de Lima Lopes e Evandro de Freitas (titulares). Também contamos com a presença dos servidores do IPREVSAPP, Genilson Oliveira (Diretor-Presidente), Paulo Araújo (Gerente Administrativo e Financeiro), João Paulo (Auxiliar Administrativo) e Débora Cristina (Auxiliar Operacional). Os presidentes dos Conselhos verificaram o quórum regimentar e em seguida cumprimentaram a todos conselheiros presentes dando boas-vindas. Prosseguindo, passou o expediente do dia providenciando da convocação da reunião que ocorre, bem como informa previamente a seguinte pauta:

ORDEM DO DIA I:

- REPASSES DO MUNICÍPIO;

O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, apresentou o relatório de investimentos referentes aos últimos dois meses do ano de 2022, na qual no **mês de novembro** constava um saldo de R\$ 5.557.335,86 e no **mês de dezembro** um saldo de R\$ 5.407.632,80, sendo esses valores correspondentes as aplicações financeiras feitas no período. Em **janeiro de 2023**, o valor consolidado ao final do mês foi de R\$ 5.172.715,94. O Conselheiro Evandro de Freitas questionou o fato de ter acontecido uma diminuição de praticamente R\$ 400.000,00 do montante que se tinha em novembro de 2022.



O Diretor-presidente, Genilson Oliveira, explicou que essa queda foi consequência do atraso nos repasses do décimo terceiro e da competência de janeiro/23 por parte da Prefeitura Municipal, pois devido à mudança de governo, houve uma queda drástica nas receitas do município, principalmente no repasse do recurso do FUNDEB ainda do ano passado que não tinha sido creditado na conta do município, causando este atraso nos repasses. O Conselheiro Ozias Lelis se mostrou preocupado com a situação, visto que esses repasses são essenciais para manter “pelo menos” instável as receitas do Instituto, visto que, desde 2021 os valores que se tem em conta não sai da casa dos R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e que é preciso pensar com urgência na realização do concurso público para suprir um pouco este esvaziamento das contas da previdência. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, falou que um dos pontos agravantes das contas do Instituto está apenas com esse valor relatado pelo Conselheiro Ozias, é que ainda não foi recebido nenhum valor dos servidores aposentados que tempo que eles contribuíram para o INSS, que este montante, gira em torno de mais de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), na qual daria uma folga gigantesca nas contas da Previdência, na qual, todos os processos de aposentadoria já foram enviados ao Tribunal de Contas para homologação, onde só estamos aguardando essa análise e aprovação para podermos solicitarmos os valores ao INSS.

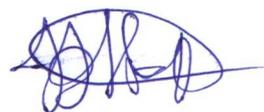
ORDEM DO DIA II:

- APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ADMINISTRATIVAS;

Iniciando a segunda ordem do dia, o Gerente Administrativo e Financeiro do IPREVSAPP, Paulo Araújo, apresentou aos conselheiros a planilha de gastos da taxa administrativa dos dois últimos meses de 2022 (novembro e dezembro) e de janeiro de 2023. No mês de novembro de 2022, o gasto administrativo foi no valor de **R\$ 30.961,21** (trinta mil e novecentos e sessenta e um reais e vinte e um centavos), já no mês de dezembro de 2022 foi gasto o montante de **R\$ 39.322,08** (trinta e nove mil e trezentos e vinte e dois reais e oito centavos), terminando o ano com um **saldo positivo** em conta de **R\$ 29.518,55** (vinte e nove mil e quinhentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), na qual este valor ficou investido na conta da Taxa Administrativa.



Na mesma oportunidade, Paulo Araújo, fez um comparativo dos últimos 3 (três) anos da evolução com os gastos da taxa administrativa, onde, mesmo o ano de 2020 sendo um ano pandêmico, aonde as repartições públicas passaram meses fechadas em decorrência da COVID-19, os gastos administrativos superaram 2021 (em mais de R\$ 78.000,00) e 2022 (em mais de R\$ 28.000,00), afirmando que a gestão do IPREVSAPP está comprometida em zelar pelos bens e pelo dinheiro público, fazendo um boa gestão destes recursos. A Sra. Laerta Luciene, se demonstrou bastante feliz com essa evolução e pontou que acompanha de perto o trabalho dos gestores do Instituto e ver o comprometimento deles em manter sempre a transparência e o zelo com os recursos. O Sr. Ozias Lelis se mostrou surpreso com o montante de gastos administrativo no ano de 2020, mais reconhece que os conselhos e nem os servidores eram tão ativos e nem acompanhavam de perto a gestão da Previdência Municipal. Continuando com as explanações da ordem do dia, Paulo Araújo, Gerente Administrativo e Financeiro, falou que para esse ano de 2023 o repasse mensal da taxa administrativa será de **R\$ 50.254,78** (cinquenta mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos), o que corresponde a 3,6% (três virgula seis por cento) do total bruto da folha de pagamento dos servidores da ativa. No mês de janeiro de 2023, foram gastos um valor de **R\$ 26.011,97** (vinte e seis mil e onze reais e noventa e sete centavos). Os conselheiros, debateram que a partir desse deste ano, fosse pensado na aquisição de uma sede própria, visto que estará entrando mais dinheiro mensalmente, é importante se economizar mais e tentar essa aquisição que seria de suma importância para a Previdência. O Conselheiro Evandro de Freitas disse que tinha que se cortar gastos para que isso pudesse ocorrer, pois era vergonhoso o Instituto de Previdência de São Paulo do Potengi com quase 9 anos de existência não ter ainda uma sede própria. O Diretor-presidente falou da importância deste saldo na conta administrativa e que a pretensão da gestão é investir o quanto puder mensalmente, mais sugere aos conselheiros que tenham paciência quanto a aquisição de uma sede própria, pois devido aos atraso nos repasses por parte do Executivo, é importante se manter este dinheiro, uma vez que se precisar futuramente na impossibilidade da conta principal não ter mais recursos, podemos transferir esse saldo investido na conta administrativa para a principal, ajudando no pagamento da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas. Além disso, Genilson lembrou aos conselheiros que o custo com a aquisição de uma sede própria deve girar em torno de mais de R\$ 300.000,00 (trezentos mil), pois além da



compra de um imóvel (dependendo da localização), ainda tem a reforma para que o ambiente se adeque as necessidades do Instituto.

ORDEM DO DIA III:

- DEMAIS ASSUNTOS;

O Conselheiro Ozias Lelis, falou da necessidade urgente da realização de um concurso público, pois ele, assim como diversos servidores, estão preocupados com os recursos diminuindo na conta do Instituto e sugere que se monte uma comissão dos conselheiros e outros servidores para irem conversar com o Prefeito Municipal e cobrar com mais rigor a realização do concurso. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, usou a palavra para afirmar que a folha da previdência se encontra muito “inchada” devido ao aumento do piso dos professores desde o ano passado dos 33% (trinta e três por cento) e desse ano dos 14,95% (quatorze virgula noventa e cinco por cento), que começará a ser aplicado em março, pois, hoje de 89 aposentados, 44 são professores, onde dentro do nosso planejamento, calculamos um aumento de mais de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) só na folha dos professores neste ano, devido ao aumento do piso, sendo muito importante o aumento da receita do Instituto, para podermos arcar com todas as despesas da folha e futuramente não precisar taxar os aposentados ou não ter como pagar a folha. A Sra. Laerta Luciene pede a palavra e fala da importância da realização do concurso, pois o município tem um número de contratados muito grande, na qual o valor da contribuição destes contratados não vem para os cofres do Instituto, finaliza sua fala, agradecendo a todos os conselheiros por toda a dedicação durante estes dois anos de mandato deste conselho, visto que essa é a última reunião, ressaltando as grandes conquistas realizadas em parceria com a gestão do Instituto e se despede dos colegas, visto que não poderá mais ficar no Conselho, devido estar indo atuar em outro órgão não tendo mais tempo suficiente para se dedicar a presidência do Conselho Deliberativo. O Conselheiro Rafael Batista, fala que foi importante esses anos participando do conselho, na qual pode participar de congresso e conhecer um pouco da Previdência, e se colocou à disposição para continuar atuando nos Conselhos do IPREVSAPP. Ozias Lelis, Evandro de Freitas e Joana Darc também se colocaram à disposição para se for de consenso dos colegas continuarem exercendo a função de conselheiro. Paulo Araújo, informa que no mês de março será preparado os ofícios para enviar as entidades para as indicações dos novos membros dos



conselhos, e que se for de consenso destas entidades, podem indicar novamente os que já estão para continuarem atuando, exceto os membros do conselho fiscal, que não podem ter mandato prorrogado, finaliza agradecendo toda parceria e dedicação dos servidores, pois sabe que nem todos quem participar de conselho, mas ficou feliz em ver toda atenção que todos tiveram para acompanhar com maestria o trabalho da gestão do IPREVSAPP e acrescentou que nos próximos meses, será divulgado o site do Instituto Previdenciário, onde vai conter todas as informações e o site da transparência. O Diretor-presidente, Genilson Oliveira, agradece todo o esforço dos conselheiros e frisa a importante que todos tiveram nesses dois anos de trabalho na Previdência, e que todos foram peças essenciais na construção desta gestão participativa e transparente. Nada mais havendo a tratar, eu, Joana D'arc de Lima Lopes, membro do Conselho Deliberativo, por convite do Presidente do Conselho Fiscal, secretariei esta reunião, lavrando a presente ata, que será lida, apreciada e posta a aprovação em pleno deste colegiado.

São Paulo do Potengi-RN, 26 de fevereiro de 2023.

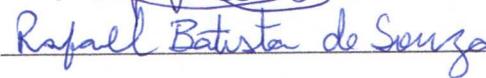


Ozias Lelis Dantas
Presidente em Exercício



Joana D'arc de Lima Lopes
Secretária

DEMAIS CONSELHEIROS PRESENTES NA REUNIÃO:

1. Josefa Soares Lopes de Araújo  _____.
2. Rafael Batista de Souza  _____.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
FISCAL DO IPREVSAPP DE 2023**

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO
PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO DO POTENGI-RN.**

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na sede do IPREVSAPP, situado a rua Potengi, 20, Centro, São Paulo do Potengi/RN, aconteceu a segunda reunião ordinária do Conselho Fiscal em conjunto com o Conselho Deliberativo do Instituto Previdenciário de São Paulo do Potengi-RN. Do Conselho Fiscal, estavam presentes os conselheiros: Evandro Estevão de Freitas (Presidente) e Maria Jaqueline Bezerra (titulares) e Laura de Fatima Campos de Oliveira (suplente). Do Conselho Deliberativo participaram a Sra. Luiza Renata da Cruz Basílio (Presidente), Jussara Karla de Macedo Gomes Mota e Joana D'arc de Lima Lopes (titulares). Também contamos com a presença dos servidores do IPREVSAPP, Genilson Oliveira (Diretor-Presidente) e Paulo Araújo (Gerente Administrativo e Financeiro). Os presidentes dos Conselhos verificaram o quórum regimentar e em seguida cumprimentaram a todos conselheiros presentes dando boas-vindas. Prosseguindo, passou o expediente do dia providenciando da convocação da reunião que ocorre, bem como informa previamente a seguinte pauta:

ORDEM DO DIA I:

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL;**

O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, apresentou aos conselheiros os extratos mensais das contas do IPREVSAPP, e detalhou todas as receitas e despesas, trazendo ao conhecimento dos conselheiros que as receitas da conta principal (destinada ao recolhimento das contribuições dos servidores ativos e da parte patronal do executivo), houveram apenas as entradas da contribuição servidor, visto que as parcelas da parte patronal estão em atraso. O Diretor-Presidente, Genilson, informa que o executivo irá fazer um parcelamento dos débitos em aberto nos próximos dias, algo que irá girar em torno de 3 milhões de reais. O Conselheiro Evandro de Freitas, explanou sua preocupação em a prefeitura está atrasando esse repasse do patronal, pois pelo que é visto é que as



contas da previdência está com pouco dinheiro, ficando a situação muito preocupante. A Conselheira Jussara Karla, diz que vê como favorável a questão do poder executivo já se preocupar em fazer um parcelamento, pois entende que as entradas de receitas de FPM na Prefeitura foram baixas, e visando o aumento da parte patronal, ficou inviável o repasse desses valores. O Diretor-Presidente, Genilson, diz que as parcelas do parcelamento irão ficar entre os R\$ 55.000,00 reais e que mesmo a situação sendo preocupante, ver como positivo, pois pelo menos, temos a garantia da entrada deste valor mensal. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, pede novamente a palavra para continuar sua explanação acerca da conta da taxa administrativa, onde no mês de abril foram gastos um valor de R\$ 34.277,11 e em maio o valor de R\$ 29.587,92, sendo detalhado aos conselheiros todas as despesas destes períodos, como também informou que com a boa gestão dos recursos da taxa administrativo, se encontra investido um valor de R\$ 129.868,18. O Conselheiro Evandro pediu a palavra e tocou novamente no assunto de com esse valor, adquirir uma sede própria para o Instituto, pois em 9 anos de previdência é inadmissível que o IPREVSAPP ainda não tem uma sede para chamar de sua. O Diretor-Presidente, Genilson Oliveira, diz que entende a preocupação de Evandro e que esse é um sonho desta gestão do Instituto, de poder se instalar em um lugar próprio e sair do aluguel, e que todos estão empenhados em evitar gastos supérfluos para garantir a aquisição desta sede, mas que também é preciso cautela e planejamento.

ORDEM DO DIA II:

- RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS;

O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, apresentou o relatório de investimentos referentes aos últimos dois meses do ano de 2023, na qual no **mês de abril** constava um saldo de R\$ 4.635.037,55 e no **mês de maio** um saldo de R\$ 4.409.572,64, sendo esses valores correspondentes as aplicações financeiras feitas no período. Onde é visto uma queda gigantesca da receita, visto ao não pagamento por completo da parte patronal, mas que em conversa com a Secretaria de Finanças da Prefeitura, a mesma garantiu que fará o possível para tentar começar a quitar dentro do mês se não na totalidade, mas pelo menos, algumas guias do patronal, dentro da entrada de recursos que se tenha na prefeitura, para tentar amenizar o nosso déficit. O Diretor-Presidente, Genilson, também informou que estamos nessa situação visto que temos quase 20 milhões



aprisionados no INSS, esperando um parecer favorável do Tribunal de Contas as servidores aposentados de nosso Instituto e que se isso acontecesse, aliviaria e muito a situação em que se encontramos. A Presidente, Renata Cruz, perguntou como é possível fazer para que o Tribunal de Contas analise mais rápido esses processos. Paulo Araújo, informou que infelizmente o que ocorreu foi a demora no envio dos processos de aposentadoria, que em regras gerais, depois que se aposenta um servidor, tem um prazo de até 60 dias para envio do processo ao TCE-RN, mais a gestão antiga não enviava, e esses processos só foram enviados em 2021, quando nessa gestão se percebeu esse problema e realizou os envios, tendo então o Tribunal, 5 anos para análise, por isso a dificuldade. Foi proposto entre os conselheiros, marcar uma reunião entre o tribunal, poder executivo, diretoria da previdência e conselhos, para tentar de forma amigável ver com o Tribunal a agilidade dessa análise, para tentar melhorar a situação do nosso Instituto.

ORDEM DO DIA III:

- DEMAIS ASSUNTOS;

O Diretor-presidente, Genilson, mostrou aos conselheiros que a questão de parcelamentos já vem desde os primeiros 6 meses de previdência, onde ainda no começo de 2015 já foi realizado o primeiro parcelamento, mostrando que na época o Poder Executivo não realizou um planejamento adequado para a instituição do IPREVSAPP e que já iniciou deficitário. Os conselheiros se surpreenderam com a informação, visto que na época da criação da previdência, nada foi explanado para os servidores, que o ideal na época era ter mostrado os pros e os contras, mas que entendem que é melhor o parcelamento do que não receber nada. Foi passada a palavra para o Conselheiro Evandro falar um pouco sobre o curso que os gestores e dois membros do Conselhos (Rafael e Evandro) participaram em Natal, nos dias 01 e 02 de junho, sobre o COMPREV. Evandro diz que tudo é muito complexo e que o comprev é exatamente um sistema para receber os valores dos servidores quando contribuíam para o INSS antes da Previdência Própria e que lá, foi aprendido a manusear o sistema e tirar dúvidas dos presentes. Também fala que é muito bom que outros conselheiros participem desses congressos e cursos, pois o conhecimento se expande mais não fica só para alguns. Concluindo a reunião, o Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, informou que receberam uma notificação do Ministério





Público Estadual, sobre umas diárias no valor de R\$ 3.300,00 recebidas pelo então presidente do IPREVSAPP, Bruno Guilherme, que acabou não sendo usada no período e também não devolvida ao Instituto na época (2020), então devido a recomendação do MP, o Sr. Bruno Guilherme nos procurou para solicitar uma guia para pagamento deste valor, onde foi acrescido de multa e juros pelo período de atraso, passando o valor para R\$ 6.099,15, que foi pago no último dia 01 de junho de 2023. Nada mais havendo a tratar, os Presidentes Luiza Renata e Evandro Batista, agradeceram a presença de todos, marcando a próxima reunião para o próximo dia 06 de julho e do que para constar eu, Jussara Karla de Macedo Gomes Mota, por convite dos Presidentes dos Conselhos, secretariei esta reunião, lavrando a presente ata, que será lida, apreciada e posta a aprovação em pleno deste colegiado.

São Paulo do Potengi-RN, 07 de junho de 2023.

Evandro Estevão de Freitas
Evandro de Estevão de Freitas
Presidente

Jussara Karla de Macedo G. Mota
Jussara Karla de Macedo Gomes Mota
Secretária

DEMAIS CONSELHEIROS PRESENTES NA REUNIÃO:

1. Maria Jaqueline Bezerra Maria Jaqueline Bezerra.
2. Laura de Fátima Campos de Oliveira Laura.

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
FISCAL DO IPREVSAPP DE 2023**

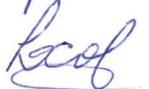
**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI-RN.**

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, na sede do IPREVSAPP, situado a rua Potengi, 20, Centro, São Paulo do Potengi/RN, aconteceu a terceira reunião ordinária do Conselho Fiscal em conjunto com o Conselho Deliberativo do Instituto Previdenciário de São Paulo do Potengi-RN. Do Conselho Fiscal, estavam presentes os conselheiros: Evandro Estevão de Freitas (presidente) e Maria das Neves de Pontes (titulares) e Laura de Fatima Campos de Oliveira (suplente). Do Conselho Deliberativo participaram a Sra. Francisca Aparecida da Silva Bezerra (Presidente), Rafael Batista de Souza e Joana D'arc de Lima Lopes (titulares) e Josefa Josenilde de Oliveira (suplente). Também contamos com a presença dos servidores do IPREVSAPP, Genilson Oliveira (Diretor-Presidente) e Paulo Araújo (Gerente Administrativo e Financeiro), além de Thiago Santiago, consultor da Lema (Assessoria de Investimentos do IPREVSAPP) que participou de forma virtual. Os presidentes dos Conselhos verificaram o quórum regimentar e em seguida cumprimentaram a todos conselheiros presentes dando boas-vindas. Antes de iniciar a Ordem do Dia, a Sra. Francisca Aparecida (Presidente do Conselho Deliberativo) se apresentou aos conselhos, dizendo que a partir de agora estará assumindo a presidência do Conselho Deliberativo, devido a uma impossibilidade da Conselheira Renata, ela estará assumindo a missão e esperar contar com a ajuda de todos. Prosseguindo, passou o expediente do dia providenciando da convocação da reunião que ocorre, bem como informa previamente a seguinte pauta:

ORDEM DO DIA I:

- APRESENTAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CERTIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS;

O Sr. Thiago Santiago, consultor da empresa Lema, que faz a assessoria de investimentos do IPREVSAPP, esteve presente em nossa reunião de forma virtual, para apresentar uma adequação na carteira de investimentos e falar um pouco sobre a certificação para os membros dos Conselhos. No primeiro momento, falou sobre a uma alocação que tem por objetivo adequar a carteira de investimentos do IPREVSAPP conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Política de Investimentos, afirmando que



essa alocação já foi repassada os membros do comitê de investimentos e aprovada. O motivo se dá pela carteira está desenquadrada em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Política de investimentos, por conta do saldo nos fundos enquadrados no Artigo 9º, Inciso III, da Resolução ultrapassou o limite máximo estabelecido de 10% do patrimônio do RPPS. A proposta é haver o resgate no fundo BB IMA-B 5 FIC RF PREVID LP no valor de R\$ 600.000,00 e no fundo BB AÇÕES ESG FI AÇÕES - BDR NÍVEL I ser resgatado total, totalizando um valor resgatado de R\$ 1.011.990,10 e esse mesmo valor será aplicado nos seguintes fundos: BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID (R\$ 300.000,00), BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVID (R\$ 300.000,00), BB INSTITUCIONAL FI RF (R\$ 111.990,10) e BB IRF-M TP FI RF PREVID (R\$ 300.000,00). Os Conselheiros Rafael e Evandro, pediram para o Sr. Thiago explicar melhor o motivo destas alocações. Thiago frisou que isso é bom para o Instituto, pois mostra que, esse limite ultrapassado neste fundo específico houve ganhos positivos, trazendo rentabilidade para o IPREVSAPP. Todas as estratégias de alocação apresentadas, foram **aprovadas por unanimidade** pelos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Para concluir sua participação em nossa reunião, o Sr. Thiago Santiago falou aos presentes sobre a importância da certificação dos membros dos Conselhos, que através da Portaria nº 1.467, de 2 de junho de 2022 do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplinou os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, determinou a obrigatoriedade da certificação para os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal dos RPPS. A empresa Lema também possui uma parceira do mesmo grupo, a Lema Educação, que dispõe de cursos e formações para essas certificações. Na oportunidade, ele apresentou as propostas para o curso aqui em São Paulo do Potengi, apenas para os conselheiros. Como também, se o RPPS desejasse, poderia se juntar a outros Institutos e realizar esse curso. O Presidente do Conselho Fiscal, Evandro pediu a palavra e perguntou a Thiago sobre a forma mais econômica para o IPREVSAPP. Thiago, prontamente respondeu que seria articulado com outros RPPS, pois os custos ficariam divididos, de forma geral (um valor cheio e dividindo para Institutos presentes – podendo ir quantos conselheiros desejasse), ou poderia optar pelo valor individual, onde o Instituto pagaria apenas pelos conselheiros que participassem. Os conselheiros se mostraram dispostos a participarem do curso e pediram a Direção do Instituto para buscar a melhor solução e mais benéfica para que os membros possam participar do curso e obter a certificação, conforme manda a Portaria. Finalizada a participação do Sr. Thiago Santiago, os presidentes dos Conselhos e a diretoria do IPREVSAPP agradeceram as orientações e o acompanhamento das ações do Instituto.



ORDEM DO DIA II:

- PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL;

O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, apresentou aos conselheiros os extratos mensais das contas do IPREVSAPP, e detalhou todas as receitas e despesas, principalmente da taxa administrativa. Iniciou a apresentação com o demonstrativo da conta principal (30020-9) onde pontou detalhadamente todas as entradas e saídas, informando ainda que a primeira parcela do novo parcelamento de R\$ 55.602,01 tinha sido paga. O Presidente do Conselho Fiscal, Evandro Freitas perguntou como é realizado esses parcelamentos, se há algum limite de parcelamento por parte do Executivo e neste último qual o valor total parcelado, pois o mesmo se mostrou muito preocupado pela Prefeitura não está conseguindo quitar a parte patronal e que a cada dia, está se tornando uma bola de neve, podendo vir a prejudicar as atuais e futuras aposentadorias. O Diretor-Presidente, Genilson, diz que esses parcelamentos são realizados mediante a acordo com o Poder Executivo e feitos através de sistema chamado CADPREV um site próprio da Secretaria Nacional de Previdência e que não limites de quantos parcelamentos, apenas dos meses, que deve ter no máximo de 60. Acima disso, deverá ir a Câmara Municipal apresentar através de Projeto de Lei. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, em suas palavras disse que em conversa informal com a Secretaria de Finanças, foi informado que os recursos que então entrando são poucos para pagar uma conta de patronal tão alta como está, que gira em torno de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil) mensal, e que dependem dos repasses do FPM para fazer esse pagamento. Os diretores do IPREVSAPP Genilson e Paulo, sugerem aos conselheiros que tentem marcar uma reunião com os setores financeiros do Poder Executivo para eles busquem mostrar alguma solução para resolver essa problemática, pois, os Conselhos são autônomos e tem essa liberdade de convocar representantes para prestar esclarecimentos. A conselheira, Francisca Aparecida, diz que esse assunto é preocupante e que se deve ter atenção dos Conselheiros, pois a Previdência Própria é muito boa para os servidores, na qual citou um exemplo dos servidores da Prefeitura Municipal de Santa Maria, que são filiados ao INSS e não estão querendo se aposentar, pelo fato da perca salarial ser muito grande. O presidente Evandro Freitas, frisa que esses parcelamentos que vai chegar um tempo em que a Prefeitura não irá conseguir quitar e que cabe o poder executivo, realizar um planejamento urgente, onde comentou que em conversa com o Auditor Fiscal, ele sugeriu judicializar e procurar o Ministério Público em caso da prefeitura não está realizando os repasses corretamente. O Conselheiro Rafael Batista, expõe que essa situação deve ser resolvida de uma forma técnica, juntando todo corpo técnico da



parte financeira e contábil da Prefeitura e da Previdência também, o que não pode é isso ser usado como uma forma política para se tratar de um assunto tão sério. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, volta a tocar no ponto de que essa atuação deve ser feita pelos Conselhos, pois os mesmo tem uma gestão autônoma e livre para realizar as ações e mais uma vez indica que os conselhos provoquem uma reunião com o Poder Executivo para resolver essa problemática. O Diretor-Presidente, Genilson, diz que já houve uma reunião com a controladoria e contadoria do Poder Executivo, mostrando como ficaria a Lei de ajuste na parte patronal e suplementar do Instituto, para que já pudesse haver um planejamento da parte da Prefeitura, mas ressalta que essa situação com o pagamento de patronal já é recorrente, onde o primeiro parcelamento foi feito ainda em 2015, seis meses após a criação da Previdência Própria. Encerrado as explanações sobre a conta 30020-9, o Gerente Administrativo e Financeiro, apresentou as receitas e despesas da taxa administrativa, onde no mês de junho teve um gasto de **R\$ 27.404,45** e um investimento de **R\$ 29.299,48**, totalizando um valor investido de **R\$ 160.320,75**. A Conselheira Joana Darc, parabenizou a gestão, porque nunca se tinha visto uma gestão gastar o mínimo e investir tanto, para futuramente garantir uma sede própria para o Instituto, aproveitando a fala, solicitou a diretoria da previdência que providencia alguns itens de eletrodomésticos para equipar a cozinha que ainda falta, a exemplo de uma geladeira, fogão e dentre outras coisas. O Diretor-Presidente, Genilson, afirma que já estava nos planos essa aquisição, pois quando se tem eventos ou até mesmo para os expedientes diários do Instituto, necessita muito destes itens. Também foi explanado pelo Diretor-Presidente, sobre a entrada de recurso da Ordem de **R\$ 6.099,15**, qual foi transferido pelo Sr. Bruno Guilherme, ex-diretor presidente do IPREVSAPP, devido a um recebimento de diária no ano de 2020 no valor de R\$ 3.300,00 na qual não foi utilizada por ocasião do cancelamento do evento, e ele por obrigação deveria ter devolvido do Instituto, como não houve a devolução, neste ano, por recomendação do Ministério Público, ele devolveu com juros e correção, por isso deste valor.

ORDEM DO DIA III:

- RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS;

O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, apresentou o relatório de investimentos referente ao mês de junho, na qual constava um saldo de R\$ R\$ 4.273.227,07, sendo esse valore correspondente as aplicações financeiras feitas no período, continuando essa mesma problemática devido ao não pagamento dos valores da parte patronal.



ORDEM DO DIA IV:

- DEMAIS ASSUNTOS;

O Diretor-presidente, Genilson, falou aos Conselheiros sobre a visita dos representantes do Banco do Nordeste ao Instituto, afim de fazer uma parceria e levar parte dos investimentos do Previdência Municipal para o banco, mas, em uma reunião do Comitê de Investimentos já foi apresentada essa demanda e ficou aprovada por unanimidade que os investidos ficariam no Banco do Brasil, devido a maior aproximação e também pelo pouco contingente de recursos que se tem no momento. A Conselheira Joana Darc explicou que em reunião com o colegiado de investimentos ficou acordado que alocando recursos em outro banco, seria mais trabalho, porque teria que abrir novas contas, além de todos serem bem parecidos o ganho em rendimentos, por isso essa opção de continuar no banco do brasil. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, comentou que em relatório prévio do Auditor Fiscal que realizou auditoria do IPREVSAPP, foi verificado que nos anos de 2019 e 2020 o limite de repasse para a conta administrativa superou os 2%, que é o previsto em Lei, no ano que 2019 foi superado em mais de R\$ 40.000,00 (quarenta mil) e no ano de 2020 em mais de R\$ 70.000,00 (setenta mil), visto isso, o auditor possivelmente deve solicitar informações sobre essas irregulares e caberá ao ente (Poder Executivo) apresentar impugnação ou não desta parte do relatório. O presidente Evandro Batista perguntou se também será necessário a Previdência recorrer desta futura decisão do auditor. O Diretor-Presidente, informou que não, visto que esse recurso foi retirado a mais da conta principal (destinado ao pagamento dos aposentados e pensionistas), então, caso tenha que haver compensação desse valor, o dinheiro voltará para essa conta e não para conta administrativa. Ainda sobre a auditoria, Genilson Oliveira, falou que foi bem difícil conseguir as documentações dos anos de 2019 e 2020, que não eram encontradas nos arquivos e também não se conseguia contato com os responsáveis da época, principalmente da área contábil e que só foi encaminhado ao auditor os documentos encontrados. Finalizando a reunião, o presidente Evandro Freitas, falou sobre abrir as reuniões para os demais servidores da ativa participarem, pois é importante a presença de mais pessoas para saberem as problemáticas da nossa Previdência. Nada mais havendo a tratar, os Presidentes Evandro Batista e Francisca Aparecida, agradeceram a presença de todos, marcando a próxima reunião para a primeira semana de agosto, com dia a definir no grupo e do que para constar eu, Joana D'arc de Lima Lopes, por convite dos Presidentes dos Conselhos, secretariei esta reunião, lavrando a presente ata, que será lida, apreciada e posta a aprovação em pleno deste colegiado.



São Paulo do Potengi-RN, 06 de julho de 2023.

Evandro E. de Freitas

Evandro Estevão de Freitas
Presidente Conselho Fiscal



Joana D'arc de Lima Lopes
Secretária

DEMAIS CONSELHEIROS PRESENTES NA REUNIÃO:

1. Maria das Neves de Pontes

Maria das Neves de Pontes

2. Laura de Fatima Campos de Oliveira

Laura de Fatima C. de Oliveira

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
FISCAL DO IPREVSAPP DE 2023**

**ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI-RN.**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, na sede do IPREVSAPP, situado a rua Potengi, 20, Centro, São Paulo do Potengi/RN, aconteceu a quarta reunião ordinária do conselho fiscal em conjunto com o conselho deliberativo do Instituto Previdenciário de São Paulo do Potengi-RN. Do Conselho Fiscal, estavam presentes os conselheiros: Evandro Estevão de Freitas (presidente) e Laura de Fatima Campos de Oliveira (suplente). E do Conselho Deliberativo participaram a Sra. Francisca Aparecida da Silva Bezerra (Presidente), Rafael Batista de Souza (titulares) e Josefa Josenilde de Oliveira (suplente). Também contamos com a presença dos servidores do IPREVSAPP, Genilson Oliveira (Diretor-Presidente) e Paulo Araújo (Gerente Administrativo e Financeiro). O presidente do Conselho verificou o quórum regimentar e em seguida cumprimentaram a todos conselheiros presentes dando boas-vindas. Prosseguindo, passou o expediente do dia providenciando da convocação da reunião que ocorre, bem como informa previamente a seguinte pauta:

ORDEM DO DIA I:

- PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL E RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS;

O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, apresentou aos conselheiros os extratos mensais das contas do IPREVSAPP, e detalhou todas as receitas e despesas, desde a conta principal (do recolhimento dos servidores e patronal), conta do pagamento dos aposentados e conta da taxa administrativa, além do relatório de investimentos. Iniciou a apresentação com o demonstrativo do relatório de investimentos, referente ao mês de julho, na qual constava um saldo de **R\$ 4.122.655,88**, sendo esse valor correspondente as aplicações financeiras feitas no período, seguindo, foi apresentado o extrato da **conta principal (30020-9)** onde pontuou detalhadamente todas as entradas e saídas, informando ainda as primeiras entradas foram dos reinvestimentos, que havia sido debatido na última reunião onde o



representante da assessoria de investimento conversou com todos da importância de uma nova estratégia de alocação dos recursos e que ficou aprovado por todos os presentes. O Diretor-presidente falou sobre a entrada dos recolhimentos, que por hora, o IPREVSAPP só tinha recebido os valores do repasse do servidor, ficando novamente o patronal em atraso. Informou também que não houve entrada da segunda parcela do novo parcelamento de R\$ 55.000, o motivo dado pela Prefeitura para o não pagamento deste mês foi um débito que estava em aberto no valor de mais de R\$ 40.000,00 que foi constatado pelo Auditor Fiscal que realizou a auditoria no nosso Instituto, e que a guia precisava ser paga com uma certa urgência e a Secretaria de Finanças optou pela quitação deste débito e deixando em atraso a segunda parcela deste novo parcelamento. O Sr. Genilson ainda reforçou que tudo que é pago, é prestado conta ao Ministério da Previdência e que nada passa por despercebido por eles e que mesmo que não aconteça o pagamento, em algum momento eles irão cobrar, acrescentando juros e multa. O Sr. Evandro perguntou quantos parcelamentos existe hoje na previdência. O Sr. Paulo Araújo, informou que atualmente temos três parcelamentos, sendo 1 menor de aproximadamente R\$ 6.000,00 (parcelado em 240 meses), um de R\$ 17.000,00 (parcelado em 60 meses) e esse novo de mais de R\$ 55.000,00 (parcelado em 60 meses). O Sr. Rafael Batista falou que estamos em uma situação um pouco preocupante e que em um curso que participou, lembra por alto que em conversa com um membro da diretoria da Previdência de São Gonçalo, ele relatou que o Executivo precisa ter em torno de 9 ativos para 1 inativo, e que se fosse realizado um concurso público, com toda certeza melhoria muito a renda da previdência, principalmente se esse concurso fosse para área da educação, pois o FUNDEB tem um bom recurso para cobrir esses custos. Falou também que hoje, os aposentados e pensionistas também não contribuem e que caso voltassem a contribuir, mesmo não sendo uma parcela grande, mas já ajudaria bastante a previdência. A Sra. Francisca Aparecida pediu a palavra e diz que isso é relativo e que há dois pesos e duas medidas, diz que concorda em partes com o Sr. Rafael, que temos sim que pensar nos ativos e inativos, mas que hoje, devido aos recursos que estão entrando já está sendo um pouco apertado para o município quitar as folhas dos ativos, e que se por ventura entrasse mais servidores, acredita que a prefeitura não teria condições de arcar e possivelmente começaria a ter atraso nas folhas. Continua sua fala dizendo que a queda de receita está sendo constante, e que hoje o valor que se paga a um servidor concursado é de 3 a 4 vezes maior que se paga a um servidor contratado, por isso que é quase impossível se fazer um concurso, sem que tenha a garantia de uma receita em crescimento. Alerta aos demais conselheiros que é muito grande o número de pedidos de afastamento e de readaptação, principalmente dos servidores da Educação, onde em sua maioria são de professores, fazendo com que a folha fica cada vez maior, pois esses servidores que estão afastados



ou readaptados continuam recebendo seus vencimentos por completo, e a prefeitura tem um custo de pagar outro profissional, por meio de contrato para assumir essa vaga que está em aberto. O Sr. Evandro Freitas pede a palavra e diz que tudo na vida devemos ter um planejamento, que desde a esfera nacional, estadual e município observa os gestores não tem planejamento, e que não escolherem as prioridades de trabalho, o que deve se pagar primeiro e assim por diante. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, diz que os Conselhos precisam atuar como devem ser, de órgãos fiscalizadores, pois todos os meses se fazem reuniões, é explanado a situação da previdência, mas as conversas ficam dentre as 4 paredes da sala de reuniões, não se avança nas discursões. O Sr. Evandro pede novamente a palavra e diz que 5 (cinco) anos é muito tempo para um parcelamento, que o dinheiro da previdência está indo embora, que se colocar a inflação daqui a 5 anos, o que foi parcelado hoje, não vale mais nada, afirma ainda, que os conselhos devem fazer um ofício para o gestor e mostrar toda essa situação. A Sra. Francisca Aparecida diz que a solução futura é um realizar um grande planejamento, mas que devemos pensar no agora, que sabe que algumas coisas não estão sendo pagas por falta de recursos, mas que devemos conversar para saber quanto a prefeitura pode pagar mensalmente para se melhorar a situação, para tentar pagar pelo menos metade, ou pelo menos o valor que dê para pagar a folha dos inativos, para que os recursos que hoje estão aplicados não sejam retirados e continuem aplicado e rendendo. O Diretor-presidente diz que um dos grandes problemas que o IPREVSAPP enfrenta é o Comprev, que nada mais é, do que as contribuições que os inativos pagavam ao INSS, antes de existir previdência, diz que hoje, pelos cálculos, o Instituto teria para receber mais de 20 milhões, só que ainda estamos na fase de homologação dos processos de aposentadoria por parte do TCE-RN, para depois darmos entrada nesse pedido para recebimento destes valores. A Sra. Francisca Aparecida faz um alerta aos conselheiros, de que os conselhos são soberanos então cabe aos conselheiros irem em busca das melhorias para o Instituto, junto a sua diretoria. Encerrado as explanações e discursões sobre a conta 30020-9, o Gerente Administrativo e Financeiro, apresentou as receitas e despesas da taxa administrativa, onde no mês de julho teve um gasto de **R\$ 23.891,26** e um investimento de **R\$ 29.373,52**, totalizando um valor investido de **R\$ 188.367,62**. O Conselheiro Rafael Batista, perguntou se esse valor investido da taxa administrativa está dentro do valor montante que está investido na conta 30020-9. O Sr. Paulo Araújo, informou que não, esse valor é investido na conta da taxa administrativa e só poderá ser gasto com despesas administrativa. Porém, caso a crise se agravar no Instituto, esse valor poderá ser repassado para conta principal para ajudar nas despesas com a folha dos inativos e pensionistas.



ORDEM DO DIA II:

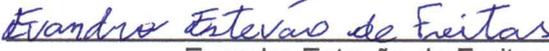
- **DEMAIS ASSUNTOS;**

Superado a primeira pauta, passou-se para a segunda pauta que de forma mais amplas os conselheiros debateram diversos assuntos, dentre eles a possibilidade de se convocar o gestor e representantes da equipe econômica da prefeitura para debater sobre essa problemática dos repasses. A Sra. Francisca Aparecida sugeriu que fosse marcada uma reunião com o jurídico e contábil da previdência para que todos possam ter capilaridade para o debate com os representantes do poder executivo. Os demais conselhos concordaram, e ficou decidido que os Srs. Evandro e Rafael irá nos próximos dias procurar a diretoria da previdência para formalizar um ofício para entregar na Prefeitura marcando a data da reunião. O Sr. Rafael Batista solicitou que a diretoria providenciasse uma reunião remota com a Assessoria Jurídica e Contábil do Instituto antes da oficialização do ofício para a prefeitura. O Sr. Paulo Araújo pediu a palavra, para comentar sobre o relatório da auditoria, que foi entregue via e-mail a previdência no dia 24 de julho, e que em resumo, o auditor verificou que em 2019 e 2020, o limite de despesas administrativas, não houve obediência ao limite legal permitido (2%), tendo essas despesas alcançado respectivamente os patamares de 2,32% e 2,54% do total de remunerações do exercício imediatamente anterior. Tal fato deu ensejo à utilização indevida de recursos previdenciários nos valores de **R\$ 40.653,80** para 2019 e **R\$ 79.929,49** para 2020, o que mostra esses recursos foram retirados de forma indevida da conta principal, que é a conta que paga os benefícios previdenciários. O Sr. Paulo Araújo diz ainda, que caso no planejamento a diretoria da previdência veja que o recurso administrativo que será usado ao longo do ano não seja o suficiente, deverá ser solicitado ao Poder Executivo aportes e/ou transferências financeiras para suprir esses gastos, não podendo de forma alguma serem retirados dos recursos destinados aos inativos e pensionistas e que diante desses elementos verificados pelo auditor, ele concluiu que o Município de São Paulo do Potengi/RN não se apresenta apto a receber o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, pois não cumpre os critérios e exigências estabelecidos na legislação federal que disciplina a constituição, organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. O Sr. Genilson Oliveira, diz que agora caberá a Prefeitura Municipal recorrer da decisão, mas que com toda certeza, a Prefeitura deverá pagar esse valor a Previdência acrescido de multa, juros e correção monetária. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Evandro Freitas, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, e do que para constar eu, Josefa Josenilde de Oliveira, por convite do Presidente do Conselho Fiscal,



secretariei esta reunião, lavrando a presente ata, que será lida, apreciada e posta a aprovação em pleno deste colegiado.

São Paulo do Potengi-RN, 18 de agosto de 2023.

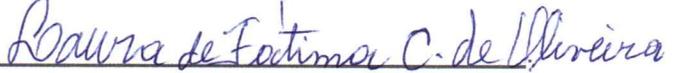


Evandro Estevão de Freitas
Presidente Conselho Fiscal



Josefa Josenilde de Oliveira
Secretária

DEMAIS CONSELHEIROS PRESENTES NA REUNIÃO:

1. Laura de Fatima Campos de Oliveira 

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
FISCAL DO IPREVSAPP DE 2023**

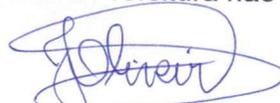
**ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI-RN DO
ANO DE 2023.**

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na sede do IPREVSAPP, situado a rua Potengi, 20, Centro, São Paulo do Potengi/RN, aconteceu a quinta reunião ordinária do conselho fiscal em conjunto com o Conselho deliberativo do Instituto Previdenciário de São Paulo do Potengi-RN. Do Conselho Fiscal, estavam presentes os conselheiros: Evandro Estevão de Freitas (presidente) e Maria das Neves de Pontes e do Conselho Deliberativo participaram a Sra. Francisca Aparecida da Silva Bezerra, Rafael Batista de Souza e Joana D'arc de Lima Lopes (titulares) e Josefa Josenilde de Oliveira (suplente). Também contamos com a presença dos servidores do IPREVSAPP, Genilson Oliveira (Diretor-Presidente) e Paulo Araújo (Gerente Administrativo e Financeiro). O presidente do Conselho verificou o quórum regimentar e em seguida cumprimentaram a todos conselheiros presentes dando boas-vindas. Prosseguindo, foi realizada a leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma **aprovada** por unanimidade e sem nenhuma ressalva. Seguindo, passou-se ao expediente do dia providenciando da convocação da reunião que ocorre, bem como informa previamente a seguinte pauta:

ORDEM DO DIA I:

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL E RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS;**

Iniciando a pauta do dia, os conselheiros pediram para que a Diretoria do IPREVSAPP apresentasse a prestação de contas dos períodos de **agosto e setembro**. A palavra foi dada ao Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, que detalhou todas as receitas e despesas nos períodos solicitados pelos conselheiros. Iniciou a apresentação com o demonstrativo do relatório de investimentos, referente ao mês de agosto, na qual constava um saldo de R\$ 3.857.831,49 e no mês de setembro um valor de R\$ 3.648.318,40 sendo todos esses valores correspondentes as aplicações financeiras feitas nos períodos. A Conselheira Joana D'arc pediu a palavra e perguntou se essa perca de mais de R\$ 200.000,00 seria devido a Prefeitura não está repassando o

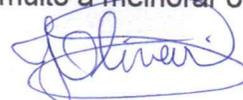
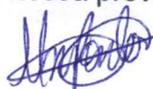


patronal ao Instituto. O Diretor-presidente, Genilson Oliveira, disse que sim, que Prefeitura não conseguiu repassar os valores do patronal de agosto e setembro, e que ainda tem alguns parcelamentos em aberto. Prosseguindo, o Sr. Paulo Araújo continuou as apresentações com os extratos da **conta principal (30020-9)** onde pontuou detalhadamente todas as entradas e saídas. Também mostrou aos conselheiros os extratos da **conta 30.423-9** (conta destinada aos pagamentos dos aposentados e pensionistas). Ainda com o uso da palavra o Gerente Administrativo e Financeiro, apresentou as receitas e despesas da taxa administrativa, onde no mês de agosto teve um gasto de R\$ 24.079,87 e um investimento de R\$ 29.254,91, já o mês de setembro os gastos totalizaram R\$ 30.299,20 e uma receita investida de R\$ 28.155,58, totalizando o valor investido na conta administrativa de **R\$ 238.510,72**. Todos os conselheiros ficaram satisfeitos com as explicações e **aprovaram as prestações de contas dos meses de agosto de setembro**, porém, demonstraram preocupação com a retirada constante de mais de duzentos mil mensal para cobrir a folha de aposentados e pensionistas e ficou acordado entre eles uma reunião urgente com o Poder Executivo.

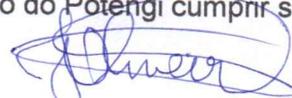
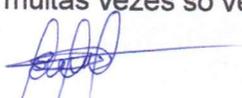
ORDEM DO DIA II:

- DEMAIS ASSUNTOS;

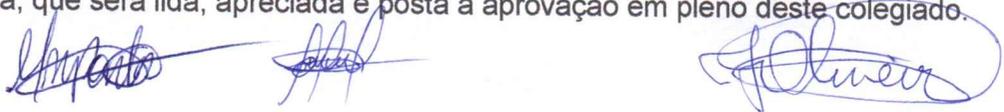
O Conselheiro Evandro iniciou a segunda pauta do dia, falando da sua preocupação de no futuro, faltar serviços básicos para os municípios de São Paulo do Potengi, devido ao poder executivo ter que arcar mensalmente com despesas muito altas com a Previdência, fazendo com o que esses serviços essenciais fiquem prejudicados. E novamente tocou no assunto do planejamento, que diz que é o que está faltando nesse momento, para se resolver a situação do Instituto e que dinheiro tem, porém falta a boa vontade e o planejamento. A Conselheira Joana D'arc diz que é preciso se tomar uma atitude e sair apenas desta sala de reuniões e convocar urgentemente essa reunião com o Prefeito e sua equipe. O Conselheiro Rafael Batista diz que está muito preocupado, mas afirma que não adianta se fazer reunião sem ter o mínimo de noção do que será falado, ele diz que sempre escuta em outras reuniões que não tem dinheiro e o discurso por parte do executivo sempre é o mesmo, parece que já é ensaiado em dizer que não tem como e que não tem recurso. Ainda com a palavra, Rafael informa que ele e o conselheiro Evandro visitaram a Previdência de São Gonçalo do Amarante, como forma de conhecer algum Instituto que está "bem na fita", que se destaca entre as demais, onde diz que ainda conheceram a parte operacional para o recebimento do COMPREV, e que esse serviço é acompanhado diariamente por um servidor do São Gonçalo PREV, na qual se aqui na nossa previdência já tivesse, ajudaria e muito a melhorar o que hoje



temos em caixa, mas que isso seria apenas um paliativo para aliviar um pouco, mais que esse dinheiro não iria sustentar a previdência, mas que entende que para operacionalizar o Comprev precisa dos processos estarem homologados pelo Tribunal de Contas, coisa que a nossa previdência ainda não tem. A Sr. Francisca Aparecida pergunta como foi a reunião com a Assessoria Jurídica do IPREVSAPP, pois não conseguiu participar devido a outro compromisso. O Sr. Evandro diz que em linhas gerais, o que foi mais falado na reunião foi em concurso público, que o Poder Executivo deveria pensar para um curto prazo a realização deste certame para aliviar um pouco o déficit financeiro. A Sra. Francisca Aparecida diz que a preocupação é com a falta de recursos, que está cada vez menor e que se tivesse um novo concurso, dependendo da quantidade vagas e das categorias poderia começar a ter atrasos salariais. O Sr. Rafael diz que a muito tempo atua no Sindicato dos Professores, e que sabe, que se aumentar o número de professores por concurso público e o dinheiro que tem não conseguir cobrir a folha, faz-se um relatório e encaminha para o MEC, na qual o Ministério dará uma contrapartida para o complemento financeiro para arcar com esse aumento no número de concursados. A Sra. Francisca Aparecida diz que isso é muito complexo, onde o município tem que enviar dezenas de documentações comprovando que de forma alguma não consegue pagar e além disso, caso consiga receber o recurso extra, tem que prestar contas constantemente, para não haver cortes. O Sr. Evandro pediu a palavra e falou sobre a questão da transparência do Instituto, principalmente no tocante as despesas, porque muitas pessoas perguntam ao mesmo que essas informações não constam no site da Previdência. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, falou que ano passado (2022), foi feito uma dispensa de licitação para ser desenvolvido o site, no qual o mesmo foi criado e já desde então está disponível na internet, porém, pontua que nunca conseguiram implantar no site a questão da transparência com as despesas, visto que o antigo sistema que era usado pela contabilidade (Fiorilli) nunca disponibilizou o link para ser implantado no portal, sendo que este ano, os sistemas passaram por adequações e agora é unificado (Prefeitura, Câmara e Previdência), então já está sendo estudado para que daqui pro final do ano o site seja inteiramente implementado com todas as informações. A Sra. Francisca Aparecida fala que essa ação é muito importante, visto que as pessoas terão na palma da mão as informações que eles quiserem, mas que também, os servidores podem e devem procurar os gestores do IPREVSAPP para saber qualquer informação, porque sempre ver os servidores do Instituto solícitos a responder qualquer questionamento e tirar qualquer dúvida. O Sr. Evandro diz que o primeiro passo seria montar esse portal, porque tem muitos servidores que não tem tempo suficiente para vim até a sede do Instituto, pois moram em outras cidades e muitas vezes só vem a São Paulo do Potengi cumprir seu



expediente e retorna para sua cidade, então com as informações disponíveis em um site ficará melhor para todos. Ainda com a fala, Evandro tocou no assunto da aquisição de um prédio próprio para a previdência, tendo em vista que hoje se tem uma renda muito boa na taxa administrativa e que daria para adquirir uma residência, onde fez uma análise e por alto nesses nove anos de existência do Instituto, já se pagou de aluguel mais de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), então o mesmo analisa como um desperdício de dinheiro público tendo um prédio alugado. O Diretor-presidente, Genilson Oliveira, fala que também é a favor da aquisição do prédio próprio, porém, conforme está a Previdência hoje, com poucos recursos, prefere ser cauteloso para que se no futuro precisar de alguma ajuda financeira para quitação de folha de pagamento, o dinheiro que tem investido na taxa administrativa, retorna para conta principal, então nesse momento o ideal é se ter cautela. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, aproveitou o momento para frisar, que na última semana, ele e o Sr. Genilson, participaram de um curso em Macaíba, e neste curso, dentro dos tópicos abordados pelo palestrante estavam sobre a atuação dos conselhos, que elas devem ser distintas e separadas, para que nenhum interfira nas decisões dos outros, mas ponderou que na situação dos nossos (previdências de menor porte e de interior) se torna inviável fazer separado porque não tem participação ativa dos seus membros. A Conselheira Joana D'arc fala que essa problemática é de muito tempo, nunca os conselhos se reuniam, e que quando foi para ser criada a Previdência poucos servidores compareçam os discursões que ocorram na Câmara Municipal, onde os presentes concordaram com as falas dos palestrantes e saíram maravilhados por não iria haver perdas de direitos para os servidores, mas que agora, vários comentam que foi um erro ter criado a Previdência. O Sr. Evandro diz que o problema é que os gestores desde a criação do Instituto não arcam com seus compromissos e não tratam com zelo esse "bem" que é dos servidores. A Sra. Francisca Aparecida, pede a palavra e em sua fala diz que devemos pensar no agora, entende que o passado deixou muitas sequelas negativas para o IPREVSAPP e que a conta está sendo paga hoje, mas que é importante se ter o pé no chão e agir no presente para não piorar no futuro. O Sr. Evandro volta a frisar que se o Instituto tivesse desde a sua fundação uma gestão democrática e transparente como a atual, as coisas hoje podiam ser muito diferentes, onde a gestão passada deixou muitos prejuízos, ocasionando o que estamos vendo hoje. O Sr. Rafael Batista diz que hoje, precisamos nos concentrar na resolução do problema atual, que é o pagamento integral dos repasses da parte servidor e patronal, para evitar ainda mais a sangria do Instituto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Evandro Freitas, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, e do que para constar eu, Josefa Josenilde de Oliveira, por convite do Presidente do Conselho Fiscal, secretariei esta reunião, lavrando a presente ata, que será lida, apreciada e posta a aprovação em pleno deste colegiado.



São Paulo do Potengi-RN, 06 de outubro de 2023.

Evandro Estevão de Freitas

Evandro Estevão de Freitas
Presidente Conselho Fiscal

Josefa Josenilde de Oliveira

Josefa Josenilde de Oliveira
Secretária

DEMAIS CONSELHEIROS PRESENTES NA REUNIÃO:

1. Maria das Neves de Pontes

Maria das Neves de Pontes